



OEA



Adriana Cruz

Secretária-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Juíza titular da 5ª VF Criminal no Rio de Janeiro. Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC RJ. Doutora em Direito Penal pela UERJ. Professora de Direito Penal na PUC-RIO. Integra os Comitês Executivos do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário e do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial, ambos no CNJ.





OEA



Adriano Marcus
Brito de Assis

É Membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia.
Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca-Espanha.





OEA



Alexandre Libonati
de Abreu

Natural do Rio de Janeiro/RJ, Alexandre Libonati de Abreu é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1991 e Master in Comparative Law pela Samford University. Foi Professor de Direito Penal entre 2002 e 2004 e exerceu os cargos de Procurador do Estado de São Paulo (1993), Procurador da Fazenda Nacional (entre 1993 e 1995) e Procurador da República (entre 1995 e 1996). É Juiz Federal desde 1996, titular da 2ª. Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. Já como juiz atuou como Conselheiro do Conselho Nacional de Arquivos (entre 2009 e 2011), integrou o Comitê-gestor do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário e o grupo de elaboração do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados – MoReq-Jus. Exerceu as Funções de Vice-Diretor (entre 2007 e 2009) e Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (entre 2009 e 2011). Atuou como Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª. Região (entre 2011 e 2013) e do Conselho Nacional de Justiça (entre 2020 e 2022). Atualmente está convocado como Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça desde setembro de 2023.



OEA



Alexandre Berzosa
Saliba

Alexandre Berzosa Saliba, natural de Santos/SP, Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal de Santos/SP, Mestre pela Universidade Católica de Santos, UNISANTOS. Conselheiro do CNMP no biênio 2013/2015, Magistrado Instrutor no STF em 2010/2011, Doutorando em Direito Ambiental. Presidente do comitê de pesquisas judiciárias e estatística do TRF3 e Juiz Coordenador da Central de Cálculos (CECALC) do TRF3.

Já atuou na comissão nacional do CJF, como representante da 3ª Região nomeado pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, na proposta de administração dos bens apreendidos pela Justiça Federal, e também como Coordenador do Comitê de Estatística do TRF3.

Pela Ajufe, foi Diretor Administrativo da AJUFE na gestão 2016/2018. Diretor Administrativo da AJUFE na gestão 2018/2020. Diretor de Prerrogativas da AJUFE biênio 2020/2022. E hoje, Vice-Presidente da AJUFE – biênio 2022/2024.



OEA



Aluisio Gonçalves
de Castro Mendes

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF-2). Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Uerj, do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Estácio de Sá (Unesa) e do Ibmec. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela Johann Wolfgang Universität (Frankfurt am Main, Alemanha). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em doutorado cooperativo com a Johann Wolfgang Universität (Frankfurt am Main, Alemanha). Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Regensburg (Alemanha). Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ). Membro da International Association of Procedural Law (IAPL) e do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), tendo, neste último, sido Vice-Diretor da Região Brasil no período de 2018 a 2023. Foi Membro da Comissão de Juristas do Senado que elaborou o Código de Processo Civil (CPC) de 2015,



OEA

Membro da Comissão do Ministério da Justiça que elaborou proposta de aprimoramento e modernização da legislação sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e Membro da Comissão do Instituto Ibero Americano de Direito Processual que elaborou o Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero América. Foi, também, Membro dos Grupos de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de Tutela de Direitos Difusos e Coletivos, de Adequação dos Tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados, de Fortalecimento dos Precedentes nos Tribunais e de Efetividade da Execução e do Cumprimento de Sentença. Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É Membro do Conselho Científico da Revista Suprema, do Supremo Tribunal Federal (STF), Membro do Conselho Editorial e do Conselho de Relações Internacionais da Revista de Processo (RePro) e Editor Internacional da Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP). Autor de 109 artigos, 228 capítulos de livro e autor e organizador de 52 obras, dentre elas “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual”, “Incidente de Assunção de Competência” e Coordenador da Atualização das Nove Séries dos Temas de Direito Processual, de José Carlos Barbosa Moreira.



OEA



Antônio Pereira
Duarte

Natural de Patos de Minas/MG, Antônio Pereira Duarte é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 1992 e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília, titulação alcançada em 2016. Possui ainda o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (CAEPE), concluído no ano de 2001. Autor do livro Direito Administrativo Militar (Editora Forense) e coordenador das obras coletivas Direito Militar em Movimento, volumes I e II, lançadas pela Juruá nos anos de 2015/2016. Foi Conselheiro Nacional do CNMP por dois biênios (2013/2015 e 2015/2017) e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) de 2017 a 2019. Subprocurador-Geral de Justiça Militar desde 2019, atualmente exerce o segundo mandato do cargo de Procurador-Geral de Justiça Militar.



OEA



Camila Pullin

Camila Monteiro Pullin, natural de Londrina – PR, Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Juíza Federal em Alagoas, vinculada ao TRF da 5ª Região, e atua na Ajufe desde 2018 - Delegada da Ajufe em Alagoas (biênio 2018/2020), Vice-Presidente da Ajufe na 5ª Região (biênio 2020/2022), Diretora Administrativa da AJUFE, (biênio 2022/2024).

Coordenadora da Comissão Ajufe Mulheres desde 2021.





OEA



Carlos Vera Barros

Carlos Alberto Vera Barros. Nascido em Rosário, Província de Santa Fé, Carlos Vera Barros é formado em Direito pela Universidade Católica Argentina e Mestre em Direito Penal pela Universidade Complutense de Madrid; Também obteve pós-graduação em Controle de Convencionalidade e Direito Comparado na Universidade de Bolonha; Desenvolve sua atividade docente como Professor de Graduação e Pós-Graduação de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica e na Escola Judiciária do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação; É membro do Instituto de Federalismo da Academia Nacional de Direito de Córdoba. Palestrante e publicista de temas de sua especialidade no país e no exterior, ministrou cursos de aprimoramento para o Judiciário no Peru, atualmente atua como Titular da 3ª Vara Federal de Rosário, Argentina.





OEA



Carlos Vinícius
Alves Ribeiro

Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público;
Secretário de Educação, Conhecimento e Inovação da
Escola Superior do Ministério Público da União;
Promotor de Justiça; Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Direi-
to de Estado pela USP e em Democracia pela Universidade
de Coimbra; Professor no Mestrado no IDP.





OEA



Cássio Borges

Cássio André Borges dos Santos é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, desde 06/05/1998; é Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ago/2004); é doutor em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (janeiro/2022); Professor Doutor do Curso de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas, desde junho/2011; é doutorando (concludente) em Direito Constitucional na Universidade Federal de Minas Gerais; foi coordenador da Escola Superior de Magistratura do Estado do Amazonas, por três vezes; e, atualmente, é Secretário Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.



OEA



Cesar Cury

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Membro da Comissão de Acesso à Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mestre e Doutor em Direito. Coordenador e Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Presidente do Fórum Permanente e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Mediação da EMERJ. Diretor de Métodos Consensuais do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Membro efetivo do IBDP. Membro de Diretoria de Conciliação e Mediação e do Conselho de Inovação da AMB. Professor convidado da Pós-Graduação lato sensu da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - Direito Processual Civil). Membro da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Professor da Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Membro do Grupo Decisório do Centro de Inteligência do TJRJ. Professor Supervisor do NUPROMASC - Núcleo Permanente de Produtividade - NPP (Métodos Alternativos de Solução de Conflitos).



OEA



Cristina Tereza Gaulia

Desembargadora da 4^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ. Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida – UVA/RJ. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Coordenadora do NUPEPAJ/EMERJ – Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas de Acesso à Justiça do Observatório Bryant Garth. Coordenadora do Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ. Coordenadora Científica da Revista Direito em Movimento da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ (QUALIS B3). Coordenadora do Programa Justiça Cidadã de Formação de Lideranças Comunitárias do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJERJ.





OEA

Presidente do Fórum Permanente de Estudos Constitucionais, Administrativos e de Políticas Públicas Professor Miguel Lanzellotti Baldez, do Fórum Permanente de Inovação do Poder Judiciário e do Ensino Jurídico e do Fórum Permanente de Diálogos da Lei com o Inconsciente da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Professora de Direito do Consumidor na EMERJ e no Brasilcon. Autora dos livros “A Experiência da Justiça Itinerante: O Espaço de Encontro da Magistratura com a População Brasileira” (2020) e “Juizados Especiais Cíveis - O espaço do cidadão no Poder Judiciário”(2005).



OEA



**Dante Mauricio
Negro Alvarado**

Bacharel em Direito pela Pontificia Universidad Católica del Perú, onde também concluiu pós-graduação em Direito Econômico Internacional. Mestre em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Universidade de Notre Dame, Indiana. Trabalha na Organização dos Estados Americanos (Washington, D.C.) desde 1995 e é Diretor do Departamento de Direito Internacional desta Organização desde 2006. É Secretário Técnico da Comissão Jurídica Interamericana, e, como tal, nos últimos anos promoveu ativamente a adoção de princípios sobre privacidade e proteção de dados pessoais (2021); a lei modelo interamericana 2.0 sobre acesso à informação pública (2020); o guia sobre a lei aplicável aos contratos comerciais internacionais (2019); os princípios da defesa pública nas Américas (2016); os princípios sobre recibos alfandegários eletrônicos para produtos agrícolas (2016); o guia de princípios sobre responsabilidade social empresarial na área de direitos humanos e meio ambiente nas Américas (2014); e a lei modelo das sociedades simplificadas (2012).





OEA

Desde 2009, leciona no Mestrado em Proteção Internacional dos Direitos Humanos da Universidade de Alcalá, Espanha, e foi nomeado professor honorário da Universidade de San Martín de Porres, em Lima, Peru. É membro do Instituto Hispano- Luso-Americano-Filipino de Direito Internacional (IHLADI), do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP), da Associação Americana de Direito Internacional Privado (ASADIP) e International Law Association (ILA) – capítulo peruano. Além disso, é membro do Conselho Editorial da Revista "Agenda Internacional" do Instituto de Estudos Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Peru (IDEI-PUCP) e do Conselho Editorial da Revista "Direito e Sociedade" da Associação Civil Direito e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Ele fez inúmeras apresentações sobre temas de Direito Internacional, público e privado, e o sistema interamericano na América e na Europa.



OEA



Delaíde Miranda
Arantes

Ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Mestra em Direito, Estado e Constituição (UnB), Conselheira no CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), Ouvidora-Geral da Justiça do Trabalho TST/CSJT, Conselheira Consultiva da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho), integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania (UnB/FD/CNPq), da Associação Juízes para a Democracia (AJD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA) e Secretária da JUTRA (Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho) 2023/2024.



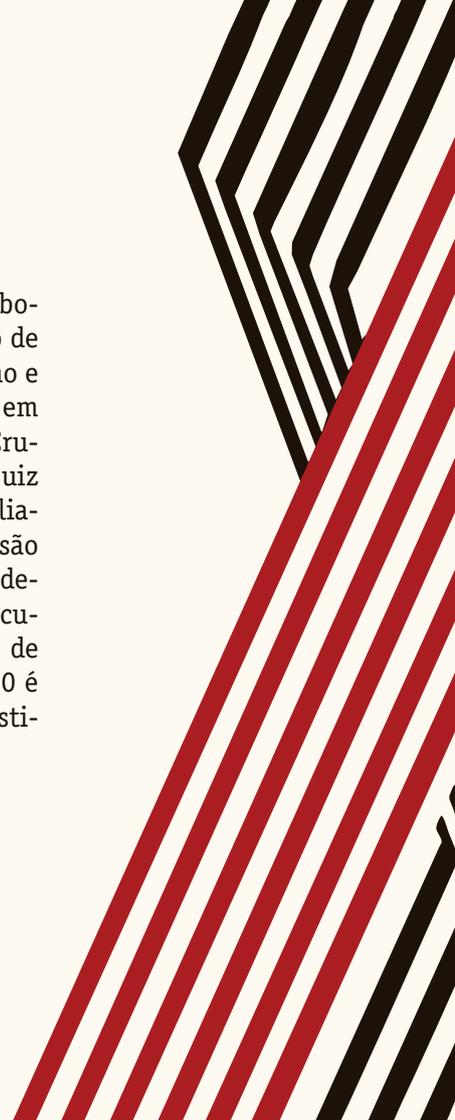


OEA



Dorotheo Barbosa
Neto

Natural de Guaxupé, Minas Gerais, Brasil, Dorotheo Barbosa Neto é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Franca desde 2005, pós graduado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Estácio/CERS, Especialista em Gestão de Projetos e Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul. É Juiz do Trabalho desde 2010. Já foi Juiz Auxiliar da Presidência, Precatórios, Execução e Conciliação do TRT-14, Gestor Regional e Nacional da Comissão Nacional da Efetividade da Execução Trabalhista, Coordenador Executivo do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no âmbito da Justiça do Trabalho. Desde 2020 é Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e Coordenador do Programa Justiça 4.0.





OEA



Edgar Alfredo
Rebaza Vargas

Exerce o cargo de procurador superior e chefe do Gabinete de Cooperação Judiciária Internacional e Extradicações da Procuradoria-Geral da Nação do Peru.

Bacharel e mestre em Direito Empresarial Civil pela Universidade Privada "Antenor Orrego" de Trujillo, com estudos concluídos de Mestrado em Direito Penal e Doutorado em Direito pela Universidade Privada del Norte.

Na qualidade de magistrado, atuou como Presidente do Conselho de Procuradores Superiores de Cajamarca, promotor superior e coordenador nacional das Promotorias Especializadas em Lavagem de Dinheiro e Perda de Propriedade, promotor superior da Terceira Promotoria Criminal Superior de Cajamarca e chefe do Escritório Descentralizado de Controle Interno de Cajamarca no Peru.



OEA



Elizabeth Zorrilla

Elizabeth Zorrilla é Legal Officer da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (Washington, D.C.) desde 2022.

Anteriormente, atuou como Legal Officer na Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado (Holanda), consultora jurídica na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Suíça), e como advogada na área de arbitragem do escritório de advocacia Curtis, Mallet-Prevost, Colt & Mosle (México). Da mesma forma, realizou experiências profissionais no Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio Internacional (Hong Kong) e na área de Direito Internacional do escritório de advocacia Shearman & Sterling (Paris).

Advogada formado pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), com mestrado em resolução de disputas internacionais pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement e pela Universidade de Genebra. Foi professora da Divisão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UNAM, além de colaboradora de publicações jurídicas.



OEA



Frederico Mendes Jr.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Integra o GEPHEIINSE - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa (CNPq). Mestre em Direito Processual e Cidadania na Universidade Paranaense (UNIPAR), com ênfase em Processo Penal. Graduado em Direito na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), por dois mandatos. É presidente da Associação de Magistrados Brasileiros - AMB. Tem experiência administrativa junto a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná e procuradoria jurídica do Município de Maringá. Experiência em ensino superior. Atualmente é professor da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Juiz de Direito no TJPR.



OEA



Friedmann Wendpap

Juiz Federal no Paraná e mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná.





OEA



**Helder Zahluth
Barbalho**

Helder Zahluth Barbalho é natural de Belém, nascido em 18 de maio de 1979, casado com a advogada Daniela Barbalho e pai de 3 filhos. Formou-se em administração pela Universidade da Amazônia e é pós-graduado com MBA Executivo em gestão pública pela Fundação Getúlio Vargas. Em 2022, reelegeu-se em 1º Turno Governador do Pará com mais de 70% de votos, sendo o Governador mais votado do Brasil. Atualmente, é o presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, eleito com unanimidade de votos. Em 2018, elegeu-se Governador do Pará. Foi ministro da Pesca e Aquicultura, ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos e ministro da Integração Nacional do Brasil. Em 2004, foi eleito para o cargo de prefeito de Ananindeua, tendo assumido com 25 anos, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará e foi reeleito em 2008. Em 2002, elegeu-se deputado estadual, tornando-se o mais votado para o cargo no estado do Pará. O primeiro cargo eletivo de Helder foi como vereador de Ananindeua (Pará), eleito em 2000, sendo o mais votado do município.



OEA



**Hugo Magalhães
Gaioso**

Natural de Goiânia/GO, é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás (PUC/GO) desde 2007, Especialista em Direito Processual pelo Axio-ma Jurídico em parceria com a Universidade de Rio Verde (2008) e Mestre em Direito Penal e Ciências Criminais pela Universidade de Lisboa, Portugal, titulação alcançada em 2023. Autor dos livros “O Papel da Jurisdição dos Crimes Militares: uma análise à luz do Direito Comparado” (Editora Dialética - 2023) e “A Evolução da Justiça Militar e da Legislação Penal Castrense: Portugal e Brasil” (lançada pelo Superior Tribunal Militar em 2023), bem como coautor das obras coletivas “Trajetórias de Sucesso” (Editora Juspodivm - 2018), “Perspectivas da Justiça Militar Contemporânea” (Editora Lumen Juris - 2018) e “Direito Militar em Foco” (Editora Lumen Juris - 2023). Foi Oficial de Justiça Avaliador Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT – 2008/2010) e Defensor Público Federal (DPU - 2010/2015). Juiz Federal Substituto da Justiça Militar desde 2015, atualmente lotado na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo/SP.



OEA



Ingo Wolfgang Sarlet

Advogado e parecerista. Doutor e Pós Doutorado em Direito pela Universidade de Munique. Professor titular e coordenador do Mestrado e Doutorado em Direito da PUC-RS. Desembargador aposentado do TJRS. Foi Juiz substituto e efetivo do TRE-RS. Membro da Comissão de Proteção de dados do CFOAB. Relator da comissão de juristas para elaboração de anteprojetos de lei na área do processo constitucional. Autor de centenas de livros, capítulos e artigos no Brasil e no exterior.





OEA



Jean Michel Arrighi

Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidade do Uruguai.

Professor de Direito Internacional Público na Universidade do Uruguai e na Universidade Católica do Uruguai.

Ministrou cursos em várias universidades na América e na Europa, incluindo a Hague Academy.

Entre muitas associações, é membro do "Institut de Droit International" e vice-presidente da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional.

Autor de livros e artigos sobre direito internacional público, sendo o último desses livros "A OEA e o direito internacional", publicado no México em 2015. Foi Diretor Nacional de Comércio do Uruguai. Desde 1993, é assessor jurídico da Secretaria- Geral da OEA, onde ocupou o cargo de Secretário de Assuntos Jurídicos desde 2008.



OEA



João Renda Leal
Fernandes

Juiz do Trabalho no TRT da 1ª Região, Mestre e Doutorando em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário pela UERJ. Investigador Associado no Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (CIDEEFF) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Visiting Researcher na Harvard Law School (2019-2020), Ex-bolsista da Japan Student Services Organization na Tokyo University of Foreign Studies (2004-2005).





OEA



José Maria
Câmara Junior

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre e Doutor em Direito Processual Civil. Professor no curso de graduação e pós-graduação “lato sensu” da pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Diretor da Escola Paulista da Magistratura, para o biênio 2022-2023.





OEA



Karina Perilli

Especialista em Administração da Justiça (Universidade Nacional de Buenos Aires) Karina Rosario Perilli. Desembargadora da 3ª Câmara de Direito Penal Econômico do Tribunal Oral da cidade de Buenos Aires, República Argentina. Vice-presidente da AJUFE Argentina para a cidade de Buenos Aires.

Formada pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires. Desenvolveu sua carreira profissional no Juizado Penal Econômico da cidade de Buenos Aires, como juíza substituta responsável pelo Juizado Penal Tributário Nacional nº 2. Recebeu, junto com sua equipe de trabalho, o Prêmio FORES de Excelência Judicial 2006. Ademais, o Tribunal que preside atualmente recebeu a certificação internacional de gestão da qualidade pelas normas ISO 9001 em novembro de 2019. Especialista em Direito Penal (Universidade de Palermo) Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino).



OEA

Professora universitária: titular da cadeira de Direito Processual Penal na Especialização em Direito Judiciário da Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES). Palestrante, coordenadora e participante de eventos acadêmicos relacionados à especialidade em questões de justiça em diversos fóruns nacionais e estrangeiros. Coautora de obras coletivas ligadas ao direito penal económico, autora de diversos artigos e colunas de opinião em meios de comunicação social e revistas especializadas. Juíza jurada de concursos perante o Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação.



OEA



Luciana Conforti

Luciana Paula Conforti. Natural de São Paulo, é Juíza do Trabalho, Titular de Vara, do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco-TRT6, desde 1998. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília - UnB. Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA e Diretora-Geral da Escola Nacional Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ENAMATRA (2023-2025), Presidente da Comissão ANAMATRA Mulheres, Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho e do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho, Integrante dos Grupos de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania" (UnB/CNPq), "Trabalho Escravo Contemporâneo" (UFRJ/CNPq) e "Direito do Trabalho e Dilemas da Sociedade Contemporânea" (UPE/CNPq). Autora do livro Direito Fundamental de Não Ser Escravizado no Brasil (RTM, 2022). Professora.



OEA



**Luiz Fernando
Tomasi Keppen**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, natural de União da Vitória/PR, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou a carreira na Magistratura Estadual em 1989, tendo atuado nas comarcas de Umuarama, Alto Paraná, Campo Mourão, Londrina e Curitiba. Em 2013 foi promovido a Desembargador Estadual, atuando nas 18^a, 6^a e 16^a Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi Vice-Presidente e Corregedor (2016/2017) e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2016/2017). Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2019/2021), membro de vários Comitês e Grupos de Trabalhos, sendo, inclusive, relator da Resolução CNJ nº 410, que estabeleceu a Política Nacional de Integridade Judicial.





OEA

É membro do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF). Na área acadêmica, é coautor do livro “Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos”, organizador do livro “Direito Eleitoral Contemporâneo - 70 anos da redemocratização pós-ditadura Vargas e da reinstalação da Justiça Eleitoral e coordenador do livro “Sistema de Integridade e Poder Judiciário. Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux”. Recebeu várias honrarias e comendas, sendo a mais elevada a admissão na Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil – no Grau de Grande Oficial.



OEA



Manoel Victor Sereni
Murrieta e Tavares

Tem graduação em Curso de Direito pela Universidade da Amazônia (1993). É Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará desde 1995, com atribuições de atuação no Tribunal do Júri. Pós-graduado pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia - UFPA na área de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Foi presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará por dois mandatos (biênios 2014-2016 e 2016-2018). Atualmente cumpre segundo mandato como presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP.





OEA



Marcelo Daniel Duffy

Presidente, AJUFE ARGENTINA. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Buenos Aires (1993). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Austral (2000). Em sua atuação profissional, destaca-se sua atuação como Secretário Jurídico do Conselho da Magistratura do Poder Judiciário da Nação (1998-1999) e da Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina (2002-2011). Atualmente é Juiz da Sala IV da Exm^a Câmara Nacional de Recursos no Contencioso Administrativo Federal (2011 até hoje), que preside. Lecionou em cursos de graduação e pós-graduação em diversas universidades públicas e privadas (UBA, UCES, UCA, UB), bem como em diferentes instituições acadêmicas (IUPFA, Fundesi). É tutor de tese no Mestrado em Direito da UBA (2022). Tem participado de conferências sobre temas relacionados à sua especialidade dentro e fora do país e interveio como “juiz convidado” no Programa “Justiça 2020”, do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. É membro do Instituto de Direito Administrativo da Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires (2004). É autor de várias publicações jurídicas especializadas (individualmente e em coautoria) relacionadas com o direito público (constitucional e administrativo).



OEA



**Marco Aurélio
Bezerra de Melo**

Marco Aurélio Bezerra de Melo é formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (1993). Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2007). Doutor em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2018). Experiência na área de Direito Civil e Urbanística. Atuou como defensor público de 1994 a 2008.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro desde 2008, pelo quinto constitucional, onde integra a 5ª Câmara de Direito Público. Exerce o mandato de Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro para o biênio 2023-2025.

É professor titular de Direito Civil do IBMEC-RJ, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio, na área de concentração Direitos Fundamentos e Novos Direitos (Capes 5).



OEA

Pesquisador vinculado ao CNPQ na área de titularidades e direitos fundamentais. Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Direito Civil, Membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros, Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário, Membro Componente das I, III, IV e V e VII e VIII Jornadas de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal - STJ, Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, e Associado Benemérito da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário.

Na EMERJ, é professor e conferencista emérito, membro do Conselho Consultivo há 4 mandatos, coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Ambiente e Moradia (NUPEAMIA), do Curso de Preparação na Área de Contratos e Presidente do Fórum Permanente de Direito Civil Sylvio Capanema de Souza.



OEA



Marco Miguel
Huamán Muñoz

Procurador de Justiça Adjunto Supremo do Ministério Público do Peru e coordenador da Área Especializada de Reclamações Constitucionais da Área Especializada de Enriquecimento Ilícito e Reclamações Constitucionais.

Formado em Direito pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos e mestre em Direito Penal e Garantias Constitucionais pela Universidade de Jaén – Espanha. Com estudos concluídos de Mestrado em Ciências Criminais e Doutorado em Ciências Criminais pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos.

Na qualidade de membro do Ministério Público, atuou como promotor criminal provincial especializado em crimes de corrupção de funcionários em Lima e como promotor criminal adjunto provincial de Lima.



OEA



Mariana Aquino

Juíza Federal da Justiça Militar, lotada na 1ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro.

Ouvidora da Mulher da Justiça Militar; Ouvidora Auxiliar da Mulher para a Justiça Militar do CNJ; Vice-Presidente do Colégio de Ouvidorias Judiciais da Mulher (COJUM), representante da Justiça Militar; Membro do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação como representante da Justiça Militar no CNJ; Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação na Justiça Militar; Palestrante em eventos voltados ao estudo e fomento do Direito militar e da proteção jurídica à mulher; Coordenadora do Curso de pós-graduação em Direito Militar da UERJ e da Verbo Jurídico; Professora em cursos de pós-graduação em Direito Militar e de cursos preparatórios para concursos.

Bacharela em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC- Campinas) (1999-2003); Especialista em Direito Militar- Universidade Cândido Mends (UCAM) (2013); Diplomada em Direito Internacional Humanitário- Universidade de Leiden, Holanda (2019); Diplomada em Direito Internacional Humanitário Avançado- Instituto Internacional de Direito Humanitário, Itália (2022)



OEA

Autora do livro "Peculiaridades do Inquérito Policial Militar" e coautora dos livros "Direito Militar em Movimento uma homenagem ao Prof. José Carlos Couto de Carvalho". "Comentários à Lei de Organização da Justiça Militar da União", "Perspectivas da Justiça Militar Contemporânea"; "Estatuto dos Militares Comentado"; "Crimes Militares Extravagantes"; "Sinopses de Direito Administrativo Militar"; "Violência de gênero e grupos vulneráveis"; "Direito Militar em Foco"; e "Estudos Avançados de Direito Militar I"

Coautora da Cartilha "Conhecendo a Proteção Jurídica à mulher militar" e "Conhecendo a prevenção e o combate ao assédio moral, sexual e discriminação na JMU", ambas publicadas pelo STM;

Autora de diversos artigos jurídicos.



OEA



**Roberta Ferme
Sivolella**

Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça – CNJ – no biênio 2022-2024, atuando como juíza auxiliar no Tribunal Superior do Trabalho de 2016 a 2022, na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e na Vice-Presidência do TST. Juíza do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho da Capital, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Pós-doutoranda em direito público e Doutora em direito processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em direitos sociais – UCLM/ES – e Mestre em direito das relações sociais e trabalhistas pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Membro do Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária e do Comitê Gestor Judiciário de Cooperação Jurídica Internacional em matéria civil e penal. Membro dos Grupos de Estudos voltados ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e voltados à política nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário. Diretora de direitos humanos da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região – Amatra 1 – no biênio 2016/2018.



OEA



Rodolfo Facio

Rodolfo Eduardo Fácio. Natural da Cidade de Buenos Aires, Capital Federal da República Argentina, Rodolfo Eduardo Facio é formado em Direito pela Universidade de Buenos Aires, é juiz da Sala I da Câmara Nacional de Apelações em Contencioso Administrativo Federal, é juiz professor graduado e pós-graduado em Direito Administrativo e Direito Constitucional em diversas universidades e em diversas áreas acadêmicas, realizou cursos avançados no país e no exterior, é autor e coautor de diversas publicações sobre Direito Administrativo e Constitucional, e é palestrante sobre temas de Direito Público, Administrativo, Constitucional e Tributário no país e no exterior.





OEA



Sebastian Casanello

Juiz argentino responsável pela Vara Nacional Penal e Correcional Federal nº 7 da Cidade Autônoma de Buenos Aires, especializada na investigação e repressão do crime organizado transnacional. Advogado formado com louvor pela Universidade de Buenos Aires e especialista em administração de justiça pela mesma universidade. Professor em várias universidades e instituições, incluindo a Escola Judicial do Conselho da Magistratura e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Secretário Acadêmico da AJUFE Argentina e coordenador jurídico do projeto "Bem Restaurado para o desmantelamento de ativos do crime organizado e o fortalecimento da sociedade civil", apoiado pela União Europeia na Argentina. Autor de várias publicações nessas disciplinas.





OEA



Ubiratan Cazetta

Ubiratan Cazetta é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1996.

Atualmente, exerce o seu segundo mandato como presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) - biênio 2023-2035 / 2021-2023. Já foi vice-presidente da entidade e diretor de Assuntos Legislativos. É docente da Escola Superior do Ministério Público da União e da Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará. Além disso, integrou o Conselho de Administração da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e, durante quatro anos, ocupou o cargo de Coordenador da Assessoria Jurídica em Matéria de Tutela Coletiva do gabinete do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Coordenou a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) de abril de 2022 a julho de 2023.



OEA



**Valter Shuenquener
de Araújo**

Tem Doutorado em Direito Público pela UERJ, com pesquisa de doutoramento na Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Atualmente é Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UERJ, Juiz Federal e está atuando em regime de cooperação na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi Coordenador do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário por indicação do Presidente do STF (2020-2022) e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) no CNMP. Ocupou os cargos de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022), de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público por indicação do Supremo Tribunal Federal (biênios de 2015-2017 e 2018-2020), de Juiz Auxiliar e Juiz Instrutor no Supremo Tribunal Federal (2011-2014), de Juiz Auxiliar no Tribunal Superior Eleitoral (2015), de Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001) e de Procurador Federal (2000).





OEA



Walter Baere de
Araujo Filho

Procurador Federal, atualmente Diretor Jurídico do BNDES, ex-Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ex-Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – e membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Foi Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi responsável pela Coordenação-Geral de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia, foi um dos Coordenadores na elaboração dos Projetos de Lei para a exploração e produção de petróleo e gás natural na província do Pré-Sal e responsável pela redação do Anteprojeto de Lei para o Setor de Mineração. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ – e Pós-Graduado em Advocacia Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ –, em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET.



OEA



Walter Barone

Desembargador da 14^a. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Coordenador de Cursos Internacionais da Escola Paulista da Magistratura – EPM. Presidente do Grupo Ibero-americano da União Internacional de Magistrados – UIM. Vice-presidente da Associação Paulista de Magistrados – APAMAGIS. Ex-presidente da Federação Latinoamericana de Magistrados – FLAM. Ex-presidente da 1^a. Comissão de Estudos da União Internacional de Magistrados – UIM. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e em Administração Pública pela Faculdade de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-bolsista do Instituto Max-Planck para Direito Penal e Internacional em Freiburg, Alemanha.

